

8º Encontro da Rede de Estudos Rurais: Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro.

27 a 30 de agosto de 2018 – UFSC

Grupo de Trabalho: Cidadanias e protagonismos políticos: redefinição de posições sociais das mulheres do campo

Karla Hora

Professora Doutora da Escola de Engenharia Civil e Ambiental,
Universidade Federal de Goiás, email: karlaemmanuela@gmail.com

Vilênia Aguiar

Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política e
Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar (USFC), email:
vileniap@gmail.com

A produção científica e acadêmica sobre as mulheres tem contribuído para revelar os diferentes e violentos processos de desigualdades que este sujeito social enfrenta na sociedade. No Brasil, embora as mulheres sejam numericamente maior que os homens, ainda participam em condição desigual da esfera econômica e política. Elas recebem menor salário e ocupam lugar de menor destaque nas empresas e nos governos. Paralelamente, elas ainda são vítimas cotidianas dos diferentes tipos de violência, seja física, psicológica ou patrimonial.

Os estudos sobre relações de gênero, também, têm possibilitado compreender que estas mulheres não são iguais e que enfrentam os processos de desigualdades sociais e econômicas de maneiras distintas. A sua diversidade social e seu território de moradia e trabalho influenciam nas formas de resistência aos processos de opressão que sofrem e nas estratégias de construção de sua autonomia. No meio rural, as mulheres enfrentam inúmeras dificuldades centradas na divisão sexual do trabalho e nos mecanismos de reprodução social que contribuem para invisibilizar seu papel como sujeito social na família, na sociedade e no mundo do trabalho.

Os paradigmas teóricos da questão agrária e do desenvolvimento do capitalismo no campo não produziram análises capazes de olhar para as especificidades das mulheres rurais como sujeito social; contribuindo para homogeneizar sua condição sob o prisma da exclusão social e dos processos que levaram à desterritorialização camponesa. As mulheres entraram

como uma categoria social de análise do meio rural em períodos recentes e, por vezes, de forma contraditória. Mesmo os estudos sobre desenvolvimento rural e sobre a agricultura familiar ainda encontram dificuldade em incorporar a dimensão de gênero na sua plenitude e, algumas vezes, as análises tendem a aglutinar as categorias gênero, geração e raça como se os processos de opressão fossem iguais. A própria noção de agricultura familiar, ao partir da ideia de um núcleo central quase homogêneo, tende a não perceber a singularidade dos sujeitos sociais, dificultando a percepção das diferentes formas de participação e tomada de decisão deste grupo.

Os estudos críticos sobre as relações de gênero e feminismo rural, por sua vez, tem possibilitado emergir novos campos de discussão sobre a condição das mulheres no campo. Entender as suas especificidades, as formas de resistência à opressão e violência, suas estratégias de promoção da autonomia, suas articulações coletivas e sua forma de inserção no debate político e econômico tem mostrado um outro cenário dos estudos sobre o meio rural. Dente eles, pode-se indicar a formação de um campo de pesquisa próprio, com a indicação de metodologias e aportes teóricos cujas análises buscam dialogar entre o específico (sobre sua condição de mulher) e o geral (sobre sua condição de um sujeito social pertencente a uma classe).

As ações de reconhecimento do seu papel social e econômico e a luta por direitos e políticas públicas reverberaram nas suas formas de atuação coletiva, cuja expressão maior ocorreu durante o período 2003-2015, em termos de conquista das políticas públicas e que os estudos sobre as mulheres rurais têm, constantemente, revelado.

O período Lula-Dilma, no Brasil, possibilitou a execução de políticas públicas de inclusão social tanto nas áreas urbanas quanto rurais. No meio rural, diferentes políticas, programas e ações contribuíram para visibilizar os coletivos organizados de mulheres. Elas protagonizaram mudanças institucionais, ocuparam as ruas e suas marchas tiveram alcances, até então, inimagináveis na conquista de direitos sociais. Além disto, elas fortaleceram sua auto-organização em rede e seguiram na denúncia das opressões sofridas e dos processos de desigualdades que se mascaram na sociedade e no Estado. Elas conquistaram espaço nas instituições públicas e lutaram na resistência ao Golpe de 2016. Não eram apenas umas e, nem tão poucas assim. Elas consolidaram alianças, protagonizadas nas cinco edições da Marcha das Margaridas e afirmaram suas lutas nas ocupações de terras em áreas simbólicas do agronegócio. Levaram adiante ações de mobilização e reivindicação que ressaltaram as lutas do “8 de março”; ao protagonizarem situações polêmicas, tais como, a destruição de pesquisas em prol dos monocultivos e das sementes transgênicas.

Apesar de audazes e organizadas, elas continuaram a sofrer os obstáculos de um mundo econômico de base androcêntrica. Sua participação na economia ainda é pouco conhecida nas estatísticas gerais e rurais. As pesquisas de uso do tempo e seus recortes de raça e geração ainda são restritas. Suas atividades geradoras de resultados não monetários não são reconhecidas como ocupação econômica, e seus corpos ainda são julgados e decididos por

outros. A luta pela descriminalização do aborto, tal como a luta pelo reconhecimento e valorização do trabalho feminino ainda enfrentam desafios nos quais os espaços de participação das mulheres são desiguais e, por vezes, desumanos. Elas lograram inúmeras conquistas em termos normativos e de inserção em políticas públicas. Não obstante, num cenário pós Golpe 2016 no Brasil, elas buscam resistir às perdas dos direitos sociais básicos e compor as marchas e ações de denúncia.

É o segundo encontro consecutivo da Rede de Estudos Rurais no qual esta temática se faz presente buscando analisar quem são as mulheres que estão no meio rural sob a ótica do feminismo e dos estudos críticos sobre relações de gênero. No 7º Encontro da Rede, ocorrido em Natal, emergiu um debate de caráter epistemológico que procurava compreender a relação entre as correntes teóricas feministas e os contextos rurais. As reflexões sugeriam analisar as mulheres rurais não só como sujeito social e coletivo, mas também, revelar sua diversidade étnico-racial e geracional, circunscrito pela condição do seu sexo (o que é ser mulher no meio rural?). Esta diversidade foi expressa nas formas de trabalho e vida no meio rural, seja nas atividades produtivas desenvolvidas nas unidades familiares nos quintais agroecológicos, na forma de participação política e nas estratégias de auto-organização. Este encontro acontecia nos primeiros meses do Golpe de 2016.

Passados dois anos do último encontro da Rede, observa-se um cenário de acirrada crise político-institucional e econômico, no qual o período eleitoral é analisado com dúvidas e desconfianças. Dois anos de Golpe produziram o esfacelamento das políticas públicas da agricultura familiar e, junto com ele, sua perspectiva de inclusão de gênero. Os espaços institucionais de diálogo deste segmento social do meio rural foram se dizimando. As políticas públicas foram se metamorfoseando sob o viés do novo Estado Neoliberal e ultra-conservador. Viu-se emergir um ambiente social tensionado por uma visão de mundo que buscou limar todo e qualquer possibilidade de protagonismo crítico das mulheres e do feminismo. Diferentes obstáculos para o exercício da cidadania e do feminismo como prática emancipatória foram sendo imputados. Os processos, doravante em curso, indicam que as desigualdades entre gêneros não só persistem, mas também que se reconfiguram buscando esconder as narrativas sobre feminismo rural e secundarizar as formas organizativas (políticas, econômicas, culturais e históricas) das mulheres no campo, nas florestas e nas águas. Mesmo assim, elas buscam ocupar outros espaços e outras posições para a resistência social.

Para analisar este contexto, foram selecionados vinte e um artigos com os mais variados recortes. É difícil precisar uma temática única para cada grupo de textos, sendo que muitos podem ser incluídos em mais de uma perspectiva analítica. No entanto, alguns recortes se destacam, dos quais citamos as temáticas relativas à diversidade cultural e às práticas produtivas das mulheres no meio rural. Foram sete estudos sobre esse tema. O protagonismo feminino enquanto liderança social e política foi retratado em três artigos. Tomar para si o poder de decisão sobre o quê fazer e como fazer, foi discutido em dois trabalhos. As trajetórias teóricas e a discussão sobre o feminismo rural foram retratadas em dois estudos. Os demais, revelaram as contradições no campo pela divisão sexual do

trabalho e pelas representações sociais em meios de comunicação. Sobre os papéis das mulheres no meio rural, ou como esta representação está associada aos cuidados e aos trabalhos domésticos, também é relevado no estudo sobre saneamento rural.

Considerando esta diversidade temática, apresentaremos algumas impressões sobre eles na tentativa de revelar as como as mulheres em sua auto-organização, se repositionam no campo, buscando efetivar sua cidadania e afirmar seu protagonismo social.

Os textos de **Renata Borges Kempf; Thamy Numer; Bruna Schmidt Gemim** - *Formas de resistência de mulheres camponesas: as bases para a caracterização de um feminismo camponês* – chama atenção para um tipo de feminismo que reconstrói a categoria analítica do campesinato ao incluir o protagonismo das mulheres na luta social e com recorte de classe. Segundo elas, ao se analisar “uma série de vivências, práticas e discursos que se caracterizam com um ‘feminismo camponês’, o que demonstra que embora no meio acadêmico ainda não se encontre muitos relatos desta natureza, ele está sendo vivido e construído cotidianamente por essas mulheres” (KEMPF et al, 2018, pg.1). As autoras buscam identificar este *locus* de resistência caracterizando as atividades econômicas e suas representações simbólicas e econômicas, com destaque para a produção de renda do trabalho das mulheres, diversidade produtiva, foco na agroecologia, a relação com as sementes e o cuidado com a água. Todo este fazer – que é individual, coletivo e social – se manifesta como uma forma de afirmação e luta contra o sistema capitalista e patriarcal. Interessante notar que as autoras tomam outras categorias como ‘subjetividade ativa’ (LUGONES, 2014)¹ e a noção de ‘esfera pública como campo de liberdade’ (ARENDDT, 1999)² para entender este ‘feminismo camponês’ junto aos estudos clássicos de relações de gênero.

Andrea Butto nos presenteia com o artigo *Os Estudos Rurais de gênero no Brasil: reflexões de uma trajetória* que, como o próprio título já revela, resgata as principais categorias e abordagens analíticas sobre as mulheres no meio rural. Os subtítulos do artigo passeiam pelas principais categorias analíticas considerando: trabalho, família, divisão social do trabalho, campesinato, produção e reprodução, agroecologia e bens comuns. A autora faz a análise das mudanças analíticas e como as pesquisadoras se desafiam a repensar o lugar das mulheres articulando e ressignificando os conceitos. Para Andrea, os estudos de gênero no meio rural não estão mais circunscritos à ideia de igualdade de oportunidades ou sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e renda. A noção de trabalho é ampliada e compreendida a partir da diversidade das mulheres e de suas lutas considerando “*seja acerca das políticas de desenvolvimento, o trabalho de cuidados e da sua interface com a ação coletiva das mulheres. Lançam-se, assim, novas interpretações na medida em que as transformações sociais mais recentes foram exigindo*” (BUTTO,

¹ LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.3, p. 320, setembro-dezembro, 2014.

² ARENDT, Hannah. Crises da república. Tradução José Volkman. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

2018, pg. 13). Isto será visto, sob diferentes aspectos, nos artigos apresentados a este Grupo de Trabalho. Entender as lutas e os protagonismos das mulheres, também, implica em compreender este *locus* de disputa, ou campo de forças, que se dá na esfera da produção e da reprodução social e que, emergem estratégias distintas.

Ana Pupio Veja no artigo *Espaços que pesam* se propõe a refletir sobre as inter-relações entre espaço, ruralidade e gênero. Os estudos sobre a relação campo-cidade, em especial, a partir das novas abordagens de ruralidades nos anos 1990, ampliou as análises sobre o rural. Contudo, segundo a autora, mesmo o ‘rural’ não sendo visto exclusivamente a partir da produção agrícola, ainda se predomina narrativas que percebem esse espaço como lócus da precariedade (falta de serviços básicos; ausência de emprego com renda que satisfaça as necessidades básicas; péssimas condições de mobilidade; alimentação e; falta oportunidades de capacitação e lazer) e cuja realidade se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento.

Essas diversas maneiras de compreender o espaço rural orientam a implementação de políticas de desenvolvimento, as quais podem imprimir-lhe vulnerabilidades singulares, expressas nas marcas da desigualdade. Assim, por exemplo, o fato da pobreza rural ser maior que a urbana está relacionada a compreensão do espaço rural. Também nesse espaço, as relações entre homens e mulheres, marcada por uma cultura que carrega matizes patriarcais, tem deixado as mulheres em posições de desvantagens em diversas áreas da vida social. Este trabalho se propõe a refletir justamente estas questões, ou seja, como a concepção que se tem do espaço rural, pode orientar políticas de desenvolvimento que, ao invés de desenvolver esses espaços, produz e ou reforça desigualdades sociais não apenas entre o rural e o urbano, mas entre homens e mulheres que habitam esses espaços.

Além do gênero, classe, raça, etnia, idade, etc., o espaço é considerado, neste trabalho, como um marcador social de diferenciação entre as mulheres, que expressa também a desigualdade existente entre homens e mulheres. Comparando Brasil e Cuba, o trabalho irá mostrar como as desigualdades persistem nas áreas rurais, sendo as desigualdades entre os gêneros ainda mais evidentes. O trabalho nos instiga a refletir sobre como as representações dos espaços estão perpassadas pelas representações de gênero e como homens e mulheres (se) percebem e experimentam esses espaços de diferentes formas, segundo seus sexos.

A análise das mulheres com recortes geográficos também infere a possibilidade de perceber suas especificidades identitárias e dinâmicas territoriais. **Marisangela Lins de Almeida** no artigo *Mulheres e processos identitários em faxinais da região Centro Sul do Paraná* utiliza as categorias de ‘Processos de Identificação’, ‘Territorialidade’ e ‘Território’, para refletir sobre o processo histórico e político de auto reconhecimento da categoria *Faxinalense*, construída e representada como marcador universal homogeneizante. Os faxinais conformam um território onde um conjunto de repertório relacionados à cultura, valores, crenças, costumes, tradição, modo de vida etc., são acionados para representar um arranjo coeso, harmônico e concordante, utilizado em

situações de resistência, reafirmando os habitantes desses territórios como faxinalenses. A representação social e simbólica dos faxinais é masculina. Linguística e discursivamente, entende-se o faxinal como espaço de atuação de homens, tornando “mulheres faxinalenses uma categoria silenciosa e/ou silenciada”. Do ponto de vista identitário, as mulheres não se reconhecem como faxinalense, sendo a identificação normalmente relacionada à categoria trabalhadora rural. Quando fazem referência a si mesmas como faxinalenses, é nos espaços dos quintais que o faz. O quintal é, pois, o espaço onde sua identidade como mulher trabalhadora se constitui, e é nesse espaço que ocorre a sua identificação com o faxinal.

Os quintais como espaço de trabalho das mulheres faxinalenses (a área de lavoura é de domínio masculino) tem relação com a sua autonomia, mas também com a produção de conhecimento, pois nesses espaços ocorre a transmissão de saberes específicos e o emprego dos conhecimentos tradicionais, utilizados no manejo, conservação e manutenção das sementes crioulas. Ou seja, para as mulheres nos faxinais, o trabalho está nitidamente conectados à sua identidade, sendo tomado como chave marcadora de reconhecimento (tanto de trabalhadora rural, quanto de faxinalense). Assim, o texto sugere que os processos de identificação feminina nos faxinais sejam teorizados a partir da categoria trabalho; e que o conhecimento tradicional empregado no interior dos quintais e no manejo e conservação de sementes crioulas possa ser pensado, nos faxinais, como elemento aglutinador de produção de identidades.

Os estudos sobre a diversidade das mulheres são retratados em diferentes momentos, enfatizando os fazeres, a identidade e a cultura. Ao afirmar sua identidade, seja cultural ou profissional, estas mulheres se ancoram ao mesmo tempo nas atividades produtivas e coletivas como estratégia para construção da sua autonomia. Nos seus grupos e coletivos elas participam de processos de tomadas de decisão e protagonizam espaços importantes na comunidade.

Bernardo Vaz de Macedo em *Gênero nas relações de trabalho e elementos da reidentificação quilombola vivenciados por mulheres em uma comunidade rural no Vale do Jequitinhonha, MG* apresenta a discussão sobre as tensões geracionais e de gênero nas formas de conduzir assuntos da comunidade, na transição identitária compreendida pelo aquilombamento. De acordo com Macedo, na comunidade quilombola de Córrego Narciso localizada no município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, elementos de um ambiente moral patriarcal coexistem com práticas matrifocais, entendida a matrifocalidade como “uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico onde, mesmo na presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo” (SCOTT, 1990: 38, apud MORAES SILVA *et al*, 2007: 114)³. De um lado,

³ SCOTT, R. Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cad. Pesq.*, n. 73, p. 38- 47, 1990; MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MELO, Beatriz Medeiros de; APPOLINÁRIO, ANDRÉIA PERES. A família tal como ela é nos desenhos de crianças. *Ruris*, volume 1, número 1, março 2007.

atributos sociais de gênero se refletem em assimetrias no valor da força de trabalho; do outro, em um contexto de migração sazonal, relações afetivas vão se concentrando em torno da figura materna. Macedo aponta ainda que, em Córrego Narciso, as normatizações e atributos sociais de gênero também se refletem nas relações de trabalho, as quais apresentam assimetrias reais de gênero entre camponeses homens e mulheres por sob uma igualdade superficial aparente, havendo uma sobrevalorização do trabalho masculino em relação ao feminino. Contudo, Macedo observa uma tendência às mulheres fortalecerem a sua autonomia. Para o autor, mulheres no Vale do Jequitinhonha vem assumindo a frente de associações de comunidades rurais e de lutas por direitos territoriais, por água e por reconhecimento quilombola. Macedo identifica esse processo como uma transição identitária compreendida pelo aquilombamento e sugere a existência de tensões e resistência a essa nova forma de identificação.

Tatiana Frey Biehl Brandão; Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa no artigo *Associativismo das Mulheres Rurais no Semiárido* se propõe a analisar o perfil das integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ e avaliar a percepção das associadas sobre a contribuição da organização social coletiva para a inclusão social e produtiva das mulheres sertanejas. Trata-se de um estudo de caso, onde se utilizou como técnicas de pesquisa a observação direta, anotações em diário de campo, foto documentação e entrevistas semiestruturadas. A Associação está localizada no Alto Sertão Sergipano, no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha. Após um breve histórico e descrição da Associação, a autora descreve as atividades desempenhadas pelas mulheres associadas: (i) Agrícolas; (ii) Agroindustriais e (iii) Não-agrícolas.

Brandão et al, descreve o perfil das 17 mulheres que constituem a Associação: elas possuem idade que varia de 24 a 68 anos. Com exceção de três, todas as mulheres são casadas e possuem, em média, 3 filhos. Exceto uma, todas as outras são sertanejas. Todas possuem algum grau de escolaridade, sendo que duas são graduadas. Dentre as 17, 11 se reconhecem como agricultora e 12 delas já ocuparam cargos de gestão na Associação. Há a participação direta de oito mulheres integrantes da Associação na comercialização da sua produção, seis das quais os produtos apresentam certificação. Todas cultivam em quintais produtivos. As mulheres reconhecem que houve mudanças em suas vidas com a Associação, que para elas representa oportunidades, interações sociais, crescimento pessoal e intelectual, contentamento pessoal, bem-estar, fortalecimento, trabalho, conquistas e liberdade. Os resultados da pesquisa apontaram que o envolvimento com a Associação propiciou a essas mulheres o aumento da autoestima, aumento de renda, maior visibilidade e reconhecimento do seu trabalho, além de contribuir para o desenvolvimento da economia local e com a segurança alimentar e nutricional da população local. Concluiu-se, através da pesquisa, que as mulheres relacionam o processo de associativismo com a conquista de autonomia e com o seu atual protagonismo na esfera socioprodutiva.

No artigo *Mulheres pescadoras por uma economia feminista: um estudo sobre a prática da pesca artesanal na praia de Muriú – município de Ceará Mirim/RN*, **Victorya Elizabete**

Nipo Teixeira de Carvalho e Winifred Knox traz a discussão sobre a importância do trabalho exercido pelas mulheres nas atividades da pesca artesanal na praia de Muriú, localizada no município de Ceará Mirim/RN. A pesca artesanal consiste em uma temática da socioantropologia marítima e uma das vertentes dessa temática é a pesca praticada por mulheres. A divisão do trabalho na pesca atribui às mulheres, unicamente, o trabalho terrestre de confecção de redes e aparatos da pesca, ou no “mar pequeno”, apontado como mais fácil e de baixo valor econômico, e aos homens o trabalho em alto mar, apreciado como uma atividade de alto esforço, responsável pelo sustento da família. A naturalização desses papéis, a invisibilidade do trabalho feminino e a exclusão das mulheres do mundo público são questões pautadas pela economia feminista. O reconhecimento das mulheres como trabalhadora da pesca implicou para elas a necessidade de, para além do espaço privado (doméstico), ocupar o espaço público. Isso tem significado, “dar visibilidade” ao seu trabalho, mas também, maior possibilidade de ganhos, mais espaços de enfrentamentos e um maior exercício da cidadania.

O artigo, também, apresenta o perfil das mulheres pesqueiras do município de Ceará Mirim. Trata-se, na sua maioria, de mulheres com idade entre 35 a 45 anos, que apresentam um bom nível de escolaridade (as autoras observam que, em Muriú há uma maior conciliação entre trabalho e estudo), são casadas, com média de dois filhos, e exercem a pesca marítima, coletando peixe, marisco e camarão. As suas atividades não envolvem apenas a parte terrestre, de trato do pescado e confecção de instrumentos para pesca, e sim inclui a ida ao mar para coleta, especialmente na pesca do camarão, ainda que não se dê em alto mar. Essas mulheres apresentam uma leitura positiva da prática da pesca, destacando alguns aspectos, tais como: a garantia do alimento para família, a fácil comercialização do camarão e a possibilidade de aposentadoria dada pelo Estado. Contudo, destacam o alto custo dos materiais, a constante exposição ao sol, a instabilidade no valor do pescado e da oferta de produtos, bem como a não valorização do profissional, como limites para a prática. O artigo sinaliza para a importância do papel feminino para a atividade pesqueira, enfatizando a necessidade do planejamento de políticas públicas para a melhor inserção das mulheres no setor da pesca.

Janaína Betto em *Trajetórias de jovens dirigentes do MMC/SC: experiências, perspectivas e aspectos sociais frente ao rural vivido* aborda as trajetórias sociais de jovens dirigentes do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Utilizando como fonte de informações entrevistas realizadas com cinco jovens dirigentes, observa, através de suas falas, trajetórias marcadas pela dualidade *ficar/sair*, procurando compreender as mudanças e permanências nas dinâmicas do rural. Todas as cinco jovens entrevistadas são filhas de pequenos agricultores que viveram e cresceram a maior parte de suas vidas no meio rural. As jovens exercem diferentes tarefas relacionadas à militância no MMC/SC. Segundo Bento, elas (as jovens) representam uma geração socializada em grupos familiares cujos membros possuem alguma experiência ou inserção política no espaço local. Todas possuem ensino superior, duas residem no meio rural, sendo que uma agricultora. As suas famílias, hierarquicamente organizada sob a autoridade paterna,

praticam um tipo de agricultura baseada no trabalho familiar, cuja produção se direciona à venda em mercados institucionalizados e no formato “integrado” às indústrias de produção animal e vegetal, e nos anos mais recentes a produção integrada de leite.

Ao descrever suas trajetórias de vida, essas jovens não destacam as incertezas, não apresentam perspectivas negativas e nem ressaltam as relações hierárquicas de poder no interior da unidade familiar, aspectos ainda comuns quando se ouve falar do espaço rural. Elas ressaltam a participação política dos familiares como lideranças vinculando-a ao sindicalismo *combativo* e aos movimentos sociais e como esses fatores ressignificaram os espaços coletivos da comunidade. Além disso, elas veem no acesso ao ensino superior uma nova possibilidade de reprodução social, por perceber aí uma maneira de construir uma “vida melhor” ou uma forma de viver no rural, mesmo exercendo outra profissão. As suas narrativas revelam que o ensino superior foi possível por meio da participação política no MMC/SC, uma vez que, para elas a possibilidade de acessar o ensino superior se materializou através do movimento. Por fim, o artigo sugere que as mudanças observadas a partir das trajetórias construídas apontam para experiências de gestão compartilhada da propriedade rural com participação da mulher e dos jovens e a possibilidade de dedicar parte de suas vidas para a militância em um movimento social.

Em *Liderança feminina na produção artesanal de queijo nas propriedades rurais de Frederico Westphalen – RS*, **Marília Zobot, Cibele Zeni e Rafael Foletto**, através da aplicação de um questionário em uma feira de produtores rurais no município de Frederico Westphalen - RS, analisa a forma como se dá a organização da produção de queijos e a relação de trabalho das mulheres, constatando que esta atividade é desempenhada em sua totalidade pelas mulheres a partir do processo ‘saber-fazer’ que é repassado por outras mulheres das famílias ao longo do tempo. Frederico Westphalen se localiza na Região do Alto Uruguai, uma região em que há o predomínio da agricultura familiar e a existência de pequenas indústrias domésticas, artesanais, vinculadas às matérias primas provenientes da agricultura e que, desde a colonização, reproduzem (e aprimoram) técnicas e receitas passadas pela família de geração a geração. A produção de queijos coloniais pode ser identificada na maior parte das propriedades do município, devido as características de relevo e do solo com pouca aptidão para a implantação das grandes culturas. São as mulheres que estão à frente dessa produção. Além da problemática de gênero, elas encontram entraves para comercialização do produto, particularmente, no que concerne as exigências legais, que não permitem a comercialização de produtos coloniais, inclusive, queijos artesanais, mesmo que esta produção esteja, intrinsecamente, relacionada à preservação do alimento como identidade. As barreiras fitossanitárias se impõem como limite para a produção, impedindo-as de venderem seus queijos na ‘Feira do Agricultor Rural’.

O artigo informa o perfil das participantes da pesquisa, indicando que, todas as mulheres possuem filhos, 83% são casadas; e a maioria tem 50 anos ou mais. Todas possuem o ensino fundamental incompleto e são de descendência italiana. Para a maioria, a atividade principal da propriedade não é a produção leiteira. A responsabilidade pela produção é

100% das mulheres e todas declararam ter aprendido as técnicas e receitas do queijo com as mães, avós ou tias. O artigo enfatiza a importância da liderança feminina na produção de queijos. É nessa atividade que elas encontram significado para a conquista da sua autonomia.

Em “*Mercados institucionais para a agricultura familiar e a participação feminina: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*” de **Jéssica Sbroglia da Silva**, a autora analisa a participação feminina no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tomando como objeto da investigação a Cooperativa Cooperfamiliar, sediada no município de Chapecó, em Santa Catarina. A autora parte da categoria agricultura familiar para descrever o conjunto de políticas públicas destinada a este público no período recente, com destaque para o mandato do presidente Lula. Ao descrever a proposição do PAA e PNAE a autora já aponta os limites para inclusão das mulheres, uma vez que, a definição simples de percentual de atendimento para mulheres não implica em processos de autonomia. Silva explana que “a lógica da política pública é elaborada de maneira a pensar que as mulheres rurais têm uma racionalidade autônoma dentro da família rural, sendo que na maioria das vezes ela está inserida dentro de uma lógica de produção e reprodução familiar” (SILVA, 2018, pg. 5). Portanto, a estratégia de produção estaria mais direcionada ao aumento da renda familiar do que de promoção da autonomia.

O estudo faz uma análise da cooperativa e um perfil das cooperadas. A cooperativa conta com uma mulher na presidência e outra no cargo de agrônoma; possui 253 famílias associadas. Destas, apenas 12 mulheres titulares participam de ambos os programas (PAA e PNAE). Dentre estas, sete foram entrevistas, cuja faixa etária é de 40 a 50 anos. São ofertados aos programas o excedente da produção que não foi comercializada em outros canais. Silva percorre pela teoria chayanoviana para exemplificar o ‘balanço entre trabalho e consumo’ nas decisões da família de vender ou não para os programas institucionais. Ademais, a partir da ideia de ‘rendimento invisível’ explicita que os recursos financeiros conseguidos com o acesso aos mercados não estão disponibilizados de forma individual para as mulheres e que, ao ficar com a figura masculina (pai e marido) reafirma a noção de chefe familiar, sendo este o responsável pela concentração da renda e decisão sobre o seu uso.

Embora apresente um ponto de vista importante sobre a perspectiva de aumento da renda para a unidade de produção familiar como um todo, a autora não problematiza sua própria tese. Poder-se-ia inferir que, com maior renda, maior possibilidade de atendimento das demandas do grupo familiar. Entretanto, isto também seria limitado. O estudo não abre possibilidades para entender como é efetuado o programa e se de fato, a participação das mulheres ocorre de forma tão limitada e sub representada. Não obstante, a própria propositura do tema já abrange um campo de debate a que este GT tem se proposto, algumas correntes teóricas e metodológicas conseguiriam externalizar as diferentes formas de tomada de decisão e participação dos sujeitos sociais no interior da família?

A participação na esfera produtiva também indica os processos de formação e pedagógico pelos quais passam as mulheres, bem como, as mediações institucionais necessárias para o acesso às políticas públicas.

O artigo *Participação como processo educativo: a experiência da Rede de Economia Solidária e Feminista do Rio Grande do Norte*, de Carine de Jesus Santos, apresenta a análise das práticas formativas desenvolvidas junto a mulheres rurais que compõem grupos produtivos articulados na Rede Xique Xique de Comercialização (RXX), apoiados pelo projeto Rede de Economia Solidária e Feminista, o qual resulta de um projeto anterior que impulsionou a sua idealização: o projeto *Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento*, fruto de financiamento público, executado entre 2010-2012, abrangendo nove estados em cinco regiões do país. As análises tomam como referencial teórico a economia solidária e a economia feminista, revelando suas possibilidades a partir de processos de formativo pedagógico e auto-organizativos. Os processos de participação da RESF, seja as reuniões, encontros, feiras, redes de consumo etc. contribuem para trocas de experiências, debates e criação de processos de compartilhamento de decisões. A RESF foi constituída para fomentar a auto-organização das mulheres, tendo como pilares de organização o Feminismo, a Economia Solidária e a Agroecologia. No Rio Grande do Norte, ela vem contribuindo para ampliar as potencialidades da RXX, priorizando a realização de ações voltadas para formação e capacitação dos grupos de mulheres de forma qualificada, a partir da educação popular, o que implica a valorização dos saberes de cada uma e o reconhecimento do trabalho como princípio educativo. Assim, prima-se pela troca de informação e conhecimentos coletivos, utilizando-se de metodologias participativas que visam a atuação dessas mulheres enquanto agentes de mudanças nos seus espaços de convívio. O trabalho parte das experiências narradas por mulheres agricultoras que moram em assentamentos rurais do município de São Miguel do Gostoso/RN, objetivando apresentar algumas reflexões sobre a importância da participação das mulheres em processos formativos, oportunizados pela Rede de Economia Solidária e Feminista a partir da Rede Xique Xique de Comercialização. Ele busca analisar as práticas educativas vivenciadas por grupos produtivos de mulheres que compartilham dos princípios da economia solidária, e da economia feminista, em seu fazer laboral, de modo a compreender o impacto destas na participação social e política das mulheres. O trabalho apresenta um aspecto importante para a construção da autonomia e emancipação das mulheres: a possibilidade de um fazer formativo que partindo das práticas produtivas desenvolvidas por mulheres propicie as condições para que elas próprias reflitam sobre essas práticas, numa perspectiva feminista. O artigo mostra que as feiras e atividades da RESF são altamente pedagógicas, pois aliam ações de caráter econômico e político. Ao participarem da feira, as mulheres também tomam decisões que não são apenas econômicas. Embora, em termos econômicos, se fortaleçam os empreendimentos. Mas a feira é também o lugar do encontro e das trocas. Estar ali, também significa que “as relações que são criadas e estabelecidas na "arena pública" do espaço da feira, promovem a visibilidade e protagonismo das mulheres” (SANTOS, 2018, pg. 9). Portanto esta participação que articula a esfera produtiva com a política (pois há uma decisão ali embutida) também é pedagógica e possibilita a construção da autonomia individual e coletiva.

Maria da Dores Saraiva de Loreto; Júlia Soares Ferreira; Felipe Leitão da Cunha Marzano e Felipe Leitão da Cunha Marzano, no artigo *O Cenário a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas Rurais: A Perspectiva de Agricultoras inseridas em Programas de Atendimento às Mulheres do Campo* também analisaram as políticas públicas com o objetivo de analisar a articulação entre política pública e perspectiva de gênero no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Brasil Sem Miséria (BSM). Para tal, utilizaram de entrevistas semiestruturadas e procederam uma análise estatística descritiva e textual, com apoio do software Iramuteq, utilizando-se a nuvem de palavras. Loreto et al abordaram os agricultores por meio das ações desenvolvidas pela Emater na zona da Mata Mineira. Os dados indicaram que o programa mais acessado foi o PNAE e o seu benefício direto foi o aumento da renda na família.

Foi apresentado o perfil das mulheres que acessam as políticas públicas em Paula Candido, cuja característica geral indica que são casadas, proprietárias de terra, com área média de 5,9ha. Em relação à idade, número de filhos e pessoas na família são apresentados dados de média para 15 entrevistadas. Os resultados e as análises indicadas reforçam que a percepção das mulheres sobre as políticas públicas está relacionada à como se dá a mediação do acesso pela instituição que as auxilia, no caso, a própria Emater. Os principais desafios elencados estão circunscritos aos limites da burocracia. Para os autores, a ideia de transversalidade de gênero se refere ao atendimento das mulheres pelos programas, apresentando-se de forma limitada.

A experiência da participação política das mulheres em movimentos sociais mistos foi objeto de dois trabalhos:

No artigo *Sem medo de ser mulher: experiências e trajetórias de mulheres nos espaços de liderança do MST*, **Iolanda Araújo** busca identificar os espaços que as mulheres têm ocupado nas instâncias políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, particularmente, nos cargos de direção, a fim de compreender como essas mulheres vivenciam essa experiência, resgatando, para isso, a trajetória por elas percorridas a partir da fala de três lideranças.

Para Araújo, o MST se estrutura discursivamente em uma visão produtiva e economicista da luta de classes que, por sua vez, se ancora na figura masculina como o provedor da família e como porta-voz do Movimento. Segundo Paulilo (2004) “movimentos que enfatizam as questões de classe, o modelo de participação política privilegia a participação masculina”⁴. Assim, não apenas a condição conjugal das mulheres tende a invisibilizar a sua ação política, mas também as questões referentes à opressão de gênero tendem a ser reproduzidas dentro do MST. Dessa forma, embora se observe uma significativa participação das mulheres nos atos públicos, nas marchas e nos acampamentos, é raro

⁴ PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. R. **Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 229-252, jan.-abr./2004.

perceber a sua participação nas instâncias organizativas dos acampamentos e assentamentos ou mesmo atuando como lideranças nesses espaços ou no próprio movimento. Ainda assim, é notável a presença de algumas mulheres na direção política do MST. Pergunta-se: quais espaços têm sido ocupados por essas mulheres e como chegaram a ocupar esses espaços, lócus de poder e decisão?

Iolanda mostra que durante o próprio processo de luta pela terra, as mulheres militantes do MST passaram a se organizar. Desde o início elas questionaram a estrutura de poder expressa na organicidade do movimento e o lugar de subordinação por elas ocupado. Diante da resistência do Movimento à sua participação lançaram mão de algumas estratégias: passaram a se reunir antes das reuniões, a se articular para qualificar a presença nos espaços (“preparar a fala”); e investiram na formação, considerada fundamental para o empoderamento da mulher, do ponto de vista do poder da palavra e da fluência na hora de argumentar. Assim, já no primeiro Congresso Nacional do MST (1985) elas promoveram uma articulação interna e formaram grupos de mulheres e coletivos no Movimento. Como resultado dessa articulação elas conquistaram a cota de 30% de participação nas instâncias de direção do MST e em todas as atividades promovidas pelo Movimento. Essa cota foi rediscutida e em 2000 o Movimento assumiu a paridade de gênero na composição de quase todas as suas instâncias. Desde então o MST conta com um homem e uma mulher em cada uma de suas instâncias organizativas, desde de os Núcleos de base até a Direção.

O estudo aponta as transformações pela qual passou o MST ao longo do tempo em relação à equidade de gênero nos postos de direção, por pressão e mobilização das mulheres que compõem esse movimento, por pressões externas, advindas de movimentos sociais internacionais, como a Via Campesina, e dos intercâmbios e diálogos com movimentos feministas. Araújo constata que apesar da equidade de gênero nos postos de direção ter apresentado evolução, as mulheres ainda precisam lutar para se manter nesse espaço, num esforço contínuo para se afirmarem como sujeitos políticos e obter respeito e reconhecimento dos homens que compõem o Movimento.

Buscando entender, também, o lugar das mulheres no MST e seu protagonismo na luta social, **Juliana de Almeida Costa, Jossiane Ortiz Silva e Fernanda de Figueiredo Ferreira** no artigo *As mulheres sem terra e o MST: uma análise a partir do Jornal Sem Terra*, discorre sobre o processo de empoderamento das mulheres sem terra no período de 1984, ano de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) a 2006, ano em que as mulheres da Via Campesina realizaram uma ação dentro do viveiro da Aracruz Celulose, ganhando repercussão internacional. O trabalho busca compreender a forma como a organização das mulheres Sem Terra foi pautada pelo JST (Jornal Sem Terra) e a maneira como se estabeleceu os diálogos entre o Jornal e as deliberações políticas dos Congressos Nacionais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com relação à prática organizativa das mulheres.

O trabalho faz, inicialmente, um resgate histórico da origem do MST e do próprio jornal, considerado como um instrumento de legitimação das orientações políticas do Movimento e, ao mesmo tempo, um instrumento de contraposição à grande imprensa brasileira. Na sequência, o texto trata da forma como o JST aborda em suas reportagens, entrevistas e matérias, temas relacionados às mulheres e a sua organização, de acordo com os períodos entre congressos, quais sejam: 1984 a 1990, período de regência do I Congresso Nacional do MST; 1990 -1995, II Congresso Nacional (1990-1995); 1995-2000, III Congresso Nacional (1995-2000) e 2000-2006, IV Congresso Nacional. Para cada um desses períodos históricos do Movimento são analisadas as orientações políticas dos Congressos Nacionais do MST em relação às mulheres Sem Terra, algo bem interessante por que permite resgatar, através das matérias, não apenas a organização das mulheres do MST ao longo da história do Movimento, mas as tensões, os impasses e os conflitos existentes.

Através da análise empreendida foi possível perceber como as mulheres Sem Terra são pautadas de forma diferente pelo JST em diferentes momentos históricos e sempre em sincronia com as orientações políticas do Movimento. Por outro lado, dá elementos para que se perceba o processo de constituição dessas mulheres como sujeitos políticos a partir da luta pela terra e das lutas pelo reconhecimento político no interior do próprio MST.

As formas de protagonismo político são vislumbradas nos processos de formação e atuação sindical das mulheres rurais. O estudo de **Taise Pasa, Zenicléia Angelita Deggerone, Cibele Lucia Bombardelli, Eliziane Franceschi, Jane Francisca Richter da Costa e Douglas Cenci** nominado de *Formação e atuação sindical: como os processos de formação contribuem para o empoderamento das mulheres no meio rural*. O texto analisa as estratégias de formação adotadas pelo projeto “Multiplicadores de conhecimentos na Agricultura Familiar”, desenvolvido em parceria com o Coletivo de Mulheres, do Sindicato Unificado dos trabalhadores na Agricultura Familiar”

O trabalho não deixa claro as bases político-pedagógicas do projeto analisado. Porém, pode-se inferir a perspectiva do uso da educação popular freireana. A formação na perspectiva da Educação Popular freireana se insere no âmbito da pedagogia social, partindo do princípio de que ambos, educadores(as) e educandos(as) trazem consigo um saber acumulado passíveis de serem trocados no processo formativo. Sim, formação nessa perspectiva, é um processo. A capacitação, ao contrário, sugere tornar alguém capaz à ou capaz de, o que implica, no caso observado, que aquele que capacita detém algum saber e vai estender esse saber a outrem a fim de torná-lo(a) capaz. O projeto se propõe ora a formar as mulheres; ora a capacitá-las. Mas a questão que sobressai é: que formação contribui e como contribui para o empoderamento das mulheres visando reduzir as desigualdades de gênero existentes meio rural?

O texto, ao conceituar “empoderamento” utiliza duas perspectivas que parecem não dialogar: uma feminista e outra gerencial/ organizacional. Na primeira, o empoderamento de mulheres é caracterizado pelo processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, resultando na libertação das mulheres das amarras da opressão de

gênero e patriarcal. Neste sentido, o objetivo maior das ações seria propiciar as condições para que elas possam questionar, desestabilizar e se organizar com vistas à erradicação da ordem patriarcal vigente (Sardenberg, 2009). Na segunda, o empoderamento diz respeito à atribuição ou transferência de poderes a alguém, como forma de encorajar os indivíduos e equipes a se comprometerem mais com os resultados das organizações (Martins, 2003); ou na busca pela emancipação, pessoal e financeira (Melo e Lopes, 2012). Daí deriva uma outra questão: é possível desenvolver ações formativas que favoreçam o empoderamento como posto da primeira perspectiva das mulheres sem dialogar com a pedagogia feminista? O texto nos provoca a refletir sobre um desafio político e pedagógico que se impõe ao feminismo: o desafio da formação. Sim, por que a tomada de consciência da mulher sobre a própria opressão e exploração dá-se também do processo de formar-se mulher feminista, seja na ação, seja nos processos formativos, propriamente dito.

Os artigos sobre a participação das mulheres na economia dialogam com os estudos que marcam e revelam a permanência da divisão sexual do trabalho no meio rural.

O artigo “*Vai juntando um dinheirinho*”: *as mulheres e o significado social do dinheiro do programa nacional de alimentação escolar em Muriaé (MG)*” de **Renata Rauta Petarly e Antônio José Pedroso Neto** *tem como objetivo* principal “refletir brevemente acerca da divisão sexual do trabalho no campo e apresentar algumas das técnicas de resistências que são desenvolvidas pelas mulheres rurais, para obterem um ganho que seja, de fato, administrado por elas e assim conquistarem uma maior autonomia”. Para isto, os autores discorrem sobre a categoria de ‘gênero’ e de ‘divisão sexual do trabalho’ reafirmando a ideia de que os processos de desigualdades entre homens e mulheres são latentes no meio rural e que elas não são reconhecidas pelo seu trabalho e chefia familiar.

Após essa digressão teórica, os autores apontam as práticas adotadas pelas mulheres para resistirem e enfrentarem a esta condição histórica de subalternidade. A participação ativa na produção, a busca pela renda monetária e a autosustentação alimentar da família são estratégias utilizadas pelas mulheres no meio rural. Os autores afirmam que há uma mudança em curso no meio rural. Ao adquirem renda (monetária) que poderia parecer menos importante para as mulheres do que para os homens, elas conquistam sua independência no meio familiar. Esta renda, porém, também significa um sobretrabalho, já que as outras atividades domésticas continuam sob sua responsabilidade. Em termos de família, esta renda é um complemento. Mesmo que de externando contradições, o trabalho e a renda são estratégias para autonomia feminina.

O acesso a renda monetária é um campo de análise que tem revelado as estratégias adotadas pelas mulheres para conquistar sua autonomia, redefinindo seu *locus* de atuação e protagonismo no meio rural. Mesmo os estudos sobre a pobreza e as formas de superação dela, tem no elemento ‘renda’ um aspecto marcante na promoção da autonomia do sujeito. Poder decidir e tomar para si esta decisão é um fato importante. Nesse sentido, vemos o artigo de **Carmen Janaina Machado e Renata Menasche**, no artigo “*E aí, o que você compra com o dinheiro do Bolsa Família?: reflexões sobre consumo, moralidade e*

autonomia de mulheres rurais”. O estudo propõe-se a refletir “sobre a autonomia das mulheres rurais assentadas diante da moralidade – presente também entre agentes do Estado – concernente ao consumo realizado pelas bolsistas a partir dos recursos recebidos através do Programa (Bolsa Família)”.

As autoras partiram, primeiramente, de um estudo etnográfico junto à Secretaria de Assistência Social de um município situado na região sul do Rio Grande do Sul. Num segundo momento, desenvolveram uma observação participante com entrevistas junto a mulheres rurais assentadas bolsistas do Programa Bolsa Família. Por meio das propagandas do bolsa família ou do estímulo ao consumo consciente, as autoras problematizam a noção de moralidade e autonomia, ao indicar um direcionamento para o ‘o quê’ deve ser utilizado o dinheiro do programa a ser disponibilizado para as mulheres.

As mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família que foram estudadas, são assentadas a mais de 15 anos no município, com idades entre 21 e 55 anos e possuem de dois a três filhos. O valor do recurso varia de R\$75,00 a R\$202,00 e se estimula, nas reuniões promovidas pela secretaria de ação social e nas propagandas que o recurso deve ser utilizado para alimentação ou material escolar. O valor é administrado exclusivamente por elas. As autoras concluem que “Há sim um julgamento e controle moral em relação ao consumo, que em nada parece dialogar com o discurso de autonomia proferido pelo Estado”.

Em *Divisão sexual do trabalho no campo: da invisibilidade à resistência*, **Renata Piecha e Maria Catarina Chitolina Zanini** se propõem a refletir sobre divisão sexual do trabalho no campo e apresentar algumas práticas de resistência que são adotadas pelas mulheres rurais, identificando as atividades que elas procuram exercer para obter uma fonte de renda que seja por elas usufruída e um ganho que seja, de fato, administrado por elas, conquistando assim uma maior autonomia. As autoras transitam pelo conceito de gênero para situar as mulheres em contextos rurais, onde a desigualdade de gênero está diretamente relacionada com a naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres e as relações hierárquicas que se dão dentro das famílias camponesas, que acabam legitimadas pela divisão sexual do trabalho. Ou seja, a hierarquização entre os membros da família se reflete na hierarquização de suas tarefas.

Segundo as autoras, no meio rural, as mulheres raramente se encontram à frente da gestão da propriedade e a divisão dos benefícios financeiros oriundos do trabalho familiar não são feitos de forma igualitária com todos os membros da família, ainda que a mulher exerça as mesmas atividades que o homem junto à produção. Sendo assim, além de participar ativamente das ditas atividades produtivas, a jornada de trabalho dessas mulheres é contínua e extremamente exaustiva. A elas é atribuída a responsabilidade pelas tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, com a horta, com os animais de pequeno porte, com a atividade leiteira, entre outras atividades que ultrapassam, demasiadamente, a dupla jornada de trabalho. Cabe aos homens, o trabalho dito produtivo, aquele que gera renda para a família, e o espaço público. Embora as mulheres desenvolvam também atividades

produtivas, o trabalho, nesses casos é considerado “ajuda”, invisibilizando o trabalho produtivo das mulheres. As autoras identificam a atividade leiteira desenvolvida pelas mulheres como uma prática de resistência. Outras práticas também ganham esse status na visão das autoras, tais como aquelas ligadas a produção de artesanato, a costura, a venda de produtos que são cultivados em suas hortas ou quintais, a fabricação de compotas, entre outras. Embora essas atividades não sejam valorizadas, através delas, as mulheres obtêm uma renda, que favorece a conquista da sua independência e participação no núcleo familiar. O reconhecimento do seu trabalho é uma maneira de fazer com que elas possuam autonomia perante suas escolhas, suas relações e seus modos de vida, é o que conclui o artigo.

No artigo *Tempo de Cuidar: uma análise sobre o trabalho reprodutivo das mulheres rurais*, **Karolyne Marin Herrera** analisa o trabalho das mulheres rurais, através da reflexão sobre trabalho doméstico e de cuidados, levando em consideração as relações assimétricas que se configuram nas famílias rurais. A autora faz uma incursão sobre a noção de divisão sexual do trabalho, o qual supõe uma valorização desigual dependendo de quem desenvolva o trabalho; e avança na discussão sobre a natureza do trabalho executado pelas mulheres rurais, recuperando a centralidade do trabalho doméstico e de cuidados para a reprodução da vida. Um trabalho que, pela sua natureza não mercantil é desvalorizado pela sociedade que dele depende para se reproduzir. A autora considera que a análise do trabalho das mulheres rurais, a partir da perspectiva dos trabalhos domésticos e de cuidados, implica em dois níveis de análise: o das políticas públicas e o das práticas cotidianas, contudo, centra-se no segundo nível, procurando reconstruir os sentidos que as próprias mulheres dão aos trabalhos domésticos e de cuidado. O trabalho apresenta, ainda, resultados preliminares de pesquisa de campo realizada no Oeste de Santa Catarina. Através dos relatos obtidos junto a mulheres camponesas, Herrera destaca as variedades dos significados dotados por essas mulheres ao trabalho de cuidados, ao mesmo tempo em que busca entender a significação que estas mulheres dão a esfera em que estão inseridas, que incluem a vida familiar e a presença ou ausência de serviços públicos nas atividades reprodutivas.

Por fim, dois artigos revelam como a divisão sexual do trabalho impacta o acesso a infraestrutura de saneamento e a saúde mental das mulheres.

Bárbarah Brenda Silva e Sonaly Rezende no artigo *O protagonismo invisível de mulheres residentes em áreas rurais do Brasil nas ações de saneamento* analisam os resultados do “Projeto para Concepção, Formulação e Gestão do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)”, o qual identifica a relação direta entre o trabalho da mulher e as condições de saneamento, decorrentes do papel socialmente atribuído a esta nas atividades de reprodução social. O estudo apontou que as demandas de água para a ingestão, preparo de alimentos, limpeza e higiene, e de soluções para os esgotos sanitários e os resíduos sólidos, quando em condições adversas e de precariedade, são atendidas prioritariamente por mulheres. O trabalho destaca o papel das mulheres no gerenciamento da água para a saúde (água potável e saneamento)

O estudo envolveu famílias de três comunidades rurais brasileiras, duas das quais localizadas na Região Nordeste e a outra na Região Norte do país. Nos três contextos foi observado que a mulher desempenha um papel preponderante em atividades relacionadas ao saneamento, pois são atividades que, na divisão das tarefas, estão relacionadas à esfera doméstica e vistas por elas próprias e por seus familiares como uma função naturalmente femininas. Inseridas no âmbito do espaço reprodutivo, tais atividades são pouco valorizadas, em que pese a sua importância para a saúde e a qualidade de vida.

O manejo da água nos domicílios é uma reprodução social que perpassa gerações. São as mulheres que manejam os resíduos sólidos; e são sempre elas quem recolhem os resíduos gerados no domicílio. Mesmo a disposição final adotada nas comunidades – queima, é realizada, na maioria dos casos, pelas mulheres, o que faz com que elas fiquem mais expostas a determinados riscos, como contaminação e acidentes pelo manuseio desses resíduos. Além disso, elas são afetadas por condições árduas e jornadas exaustivas de trabalho, de modo que o seu protagonismo na coleta da água é associado ao cansaço extremo oriundo de longas caminhadas sob sol forte e calor intenso, às dores no corpo que verga sob o peso das latas, ao desgaste físico e emocional, ao tempo gasto, ao medo e ao estresse. Acrescenta-se que o tempo destinado a essa função, por vezes é elevado e exige grande esforço físico e transporte de água por longos percursos.

Nesse contexto, constata-se que a ausência de saneamento e de ações voltadas para o tratamento das águas contribui para agravar situação de vulnerabilidade social em que, muitas vezes, essas mulheres se encontram. Assim, deve o Estado favorecer o acesso ao saneamento, sobretudo ao que se refere ao abastecimento de água nas áreas rurais. A sua presença nesse campo tem sido destacada como forma de reduzir a vulnerabilidade social de mulheres, uma vez que melhorias sanitárias podem ser refletidas não somente na saúde, mas na qualidade de vida, sua e de toda a família.

*Em Mulheres rurais e saúde mental: implicações do ser mulher rural no Povoado do Angico em Mairi/BA, **Alexsandra de Souza Fernandes; Maria Lúcia da Silva Sodré*** constatam um  ndice relevante de casos de transtorno mental em mulheres do campo, diagnosticadas com depressão e ansiedade, analisam os aspectos que podem levar ao desenvolvimento desse quadro, bem como seus impactos. O estudo aponta que situações de conflitos de papeis, e, de gênero na zona rural interferem diretamente na saúde da mulher. A persistente desigualdade de gênero presente nas formas de trabalho e de vida no campo, nos núcleos familiares, sedimentada nas relações de hierarquia e poder que se fazem presentes no interior das famílias está relacionada com o desenvolvimento de transtornos mentais em mulheres rurais, principalmente, quando em condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, as precárias condições de vida e de acesso mínimo a políticas públicas nas zonas rurais, especialmente nas regiões mais pobres, afetam sobremaneira as mulheres, aprofundando ainda mais as desigualdades específicas de gênero.

O perfil das mulheres pesquisadas mostra que elas se declaram agricultoras, possuem um baixo nível de escolaridade e sofrem com a falta de recursos, com as intempéries

climáticas (seca) e a falta d'água, embora gostem da lida da casa e da roça. Não possuem lazer, embora frequentem a igreja. Os dados de campo, a partir das entrevistas realizadas, mostram que o desenvolvimento de transtornos mentais pode ser influenciado por aspectos biológicos, psicológicos e interacionais. No caso específico das mulheres de Meiri, os problemas conjugais foram apontados como sendo um dos principais desencadeadores dos problemas psicológicos e emocionais. Também a sobrecarga de trabalho foi mencionada. Além desses, acredita-se, ainda que, a influência da convivência com pessoas que vivem com transtornos mentais, ou seja, o fator interacional, pode estimular o outro a desenvolver os mesmos problemas. Como o trabalho de cuidados é de responsabilidade das mulheres, elas se tornam mais vulneráveis a tal estímulo. Por fim, o trabalho aponta que os núcleos familiares inteiros são afetados quando ocorrem problemas de saúde mental, particularmente, com as mulheres.

O trabalho inova ao chamar a atenção dos estudos rurais sobre um tema tão pouco explorado nesse campo: a saúde mental, nos convidando a refletir como uma vida marcada por condições de vida e trabalho precárias, aliadas às barreiras no acesso às políticas e programas, sobretudo, de saúde e assistência social, agravam as situações de vulnerabilidade que impactam a saúde mental, especialmente, das mulheres rurais.

Os vinte e um artigos 'apostam' em diferentes abordagens metodológicas e enfoques distintos para analisar os 'protagonismos e as cidadanias das mulheres'. Neste contexto o GT será norteado pelas seguintes questões:

- 1) Como pensar o 'lugar das mulheres' na conjuntura política institucional, que se reflete não apenas na sub-representação das mulheres, como também no desmonte de instituições/organismos públicos voltados à defesa e ampliação dos direitos das mulheres e na facilitação do seu acesso às políticas públicas. Há poucas representações políticas femininas nos espaços institucionalizados nos governos e nas organizações sociais, políticas e sindicais. E também, são poucos os espaços de diálogo direcionado a incorporar uma perspectiva de gênero nas políticas públicas e nas ações sociais dos próprios movimentos. Como as mulheres redefinem suas estratégias nestes contextos?
- 2) As desigualdades de gênero ainda são persistentes, revelando a importância dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho. Porém, as teorias sobre o campesinato e a agricultura familiar, ao considerar a família como um todo homogêneo, apresentam-se sob prismas contraditórios. Ao partir da noção de trabalho familiar, desconsidera as relações de poder e a hierarquia existente no interior da família, muitas vezes mediadas por: religiosidade, práticas familiares, noção de trabalho e renda, valores morais e culturais e práticas consuetudinárias. Esta ideia de homogeneidade, nem sempre, permite revelar os diferentes sujeitos desta família. Como compreender o exercício da cidadania e o papel das mulheres neste contexto?
- 3) A noção de trabalho também é questionada. A economia feminista tem apresentado a inter-relação direta entre os mecanismos de produção e de reprodução social. A noção de

bem viver tem se apresentado como um novo referencial analítico para as mulheres. Este entendimento, também, implica em evidenciar os tipos de cidadania que se exalam no mundo do trabalho, seja na esfera pública, seja na esfera privada. Assim, em que medida a discussão da reprodução social e da produção da vida permite evidenciar uma condição de cidadania para todos as mulheres?

4) Ao mesmo tempo em que entender as noções de bem viver, também, implicam em compreender e revelar as experiências das mulheres nos sistemas de produção familiares individuais e/ou coletivos, o que inclui a gestão da terra, da água, das sementes, dos alimentos. Assim, como as vozes femininas tem desafiado os modelos analíticos hegemônicos na luta pelo reconhecimento à cidadania no meio rural?

Esperamos fazer um bom debate neste encontro. A Rede Rural se realiza num contexto de dois anos de Golpe político e institucional. Além do cenário político eleitoral, em termos de pesquisas acadêmicas para o meio rural, os dados preliminares do Censo Agropecuário 2016/2017 estão sendo disponibilizados.

Qual o lugar das mulheres rurais neste contexto?

Por fim, agradecemos a participação das autoras e autores que apresentaram questões para o debate deste Grupo de Trabalho. Registramos, aqui, nossos mais profundos agradecimentos. Não nos cabe concordar com cada um dos artigos aqui elencados, mas afirmar a importância deste recorte analítico para análise do meio rural e para a visibilidade deste sujeito social: mulher rural.

Artigos analisados

1. **Alexsandra de Souza Fernandes; Maria Lúcia da Silva Sodré** - *Mulheres rurais e saúde mental: implicações do ser mulher rural no Povoado do Angico em Mairi/BA*
2. **Ana Pupio Veja** - *Espaços que pesam*
3. **Andrea Butto** - *Os Estudos Rurais de gênero no Brasil: reflexões de uma trajetória*

4. **Carmen Janaína Machado; Renata Menasche** – *“E aí, o que você compra com o dinheiro do Bolsa Família?”: reflexões sobre consumo, moralidade e autonomia de mulheres rurais*
5. **Bárbarah Brenda Silva e Sonaly Rezende** - *O protagonismo invisível de mulheres residentes em áreas rurais do Brasil nas ações de saneamento*
6. **Bernardo Vaz de Macedo** - *Gênero nas relações de trabalho e elementos da reidentificação quilombola vivenciados por mulheres em uma comunidade rural no Vale do Jequitinhonha, MG*
7. **Juliana de Almeida Costa; Jossiane Ortiz Silva e Fernanda de Figueiredo Ferreira** - *As mulheres sem terra e o MST: uma análise a partir do Jornal Sem Terra*
8. **Iolanda Araújo** - *“Sem medo de ser mulher: experiências e trajetórias de mulheres nos espaços de liderança do MST”*
9. **Janaína Betto** - *“Trajetórias de jovens dirigentes do MMC/SC: experiências, perspectivas e aspectos sociais frente ao rural vivido”*
10. **Jéssica Sbroglia da Silva** - *“Mercados institucionais para a agricultura familiar e a participação feminina: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)”*
11. **Karolyna Marin Herrera** - *“Tempo de Cuidar: uma análise sobre o trabalho reprodutivo das mulheres rurais”*,
12. **Maria da Dores Saraiva de Loreto; Júlia Soares Ferreira; Felipe Leitão da Cunha Marzano e Felipe Leitão da Cunha Marzano** - *“O Cenário a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas Rurais: A Perspectiva de Agricultoras inseridas em Programas de Atendimento às Mulheres do Campo”*
13. **Marília Zobot, Cibele Zeni e Rafael Foletto** - *“Liderança feminina na produção artesanal de queijo nas propriedades rurais de Frederico Westphalen – RS”*
14. **Marisangela Lins de Almeida** - *Mulheres e processos identitários em faxinais da região Centro Sul do Paraná*
15. **Renata Borges Kempf; Thamy Numer; Bruna Schmidt Gemim** - *Formas de resistência de mulheres camponesas: as bases para a caracterização de um feminismo camponês*
16. **Renata Piecha e Maria Catarina Chitolina Zanini** - *Divisão sexual do trabalho no campo: da invisibilidade à resistência*

17. **Renata Rauta Petarly e Antônio José Pedroso Neto** - *“Vai juntando um dinheirinho”*: as mulheres e o significado social do dinheiro do programa nacional de alimentação escolar em Muriaé (MG)”
18. **Taise Pasa, Zenicléia Angelita Deggerone, Cibele Lucia Bombardelli, Eliziane Franceschi, Jane Francisca Richter da Costa e Douglas Cenci** - *Formação e atuação sindical: como os processos de formação contribuem para o empoderamento das mulheres no meio rural.*
19. **Tatiana Frey Biehl Brandão; Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa** - *Associativismo das Mulheres Rurais no Semiárido*
20. **Victorya Elizabete Nipo Teixeira de Carvalho e Winifred Knox** - *Mulheres pescadoras por uma economia feminista: um estudo sobre a prática da pesca artesanal na praia de Muriú – município de Ceará Mirim/RN,*
21. **Carine de Jesus Santos**- *Participação como processo educativo: a experiência da Rede de Economia Solidária e Feminista do Rio Grande do Norte*